

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO PRIMEIRO  
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A  
MULHER DE BRASÍLIA-DF.**

**Autos n.**

**NOME**, qualificado nos autos, vem, respeitosamente, à  
presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA  
DO DISTRITO FEDERAL**, interpor, em face da r. sentença de fls. xx, o  
presente

<b>RECURSO DE APELAÇÃO</b>
----------------------------

requerendo o recebimento, a juntada das razões em anexo e regular  
processamento, bem como a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do  
Distrito Federal.

Nesses termos, pede deferimento.

Local e data

DEFENSOR PÚBLICO

# **EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**Referente aos autos nº**

**Apelante:**

**Apelado:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**COLEDA TURMA CRIMINAL,  
EMÉRITOS JULGADORES,**

## **1 - RELATÓRIO**

O apelante foi denunciado pela prática de ameaça, supostamente cometida no âmbito doméstico (art. 147 do CPB, c/c art. 5º da Lei nº 11.340/2006). Narra a denúncia que, no dia **XX de XXXXX de 20XX**, às 18h20, na Asa Sul/DF, o denunciado, livre e conscientemente, ameaçou, através de palavras, causar mal injusto e grave à sua ex-esposa, NOME.

A denúncia foi recebida no dia **XX de XXXXX de 20XX** (fl. xx).

Após a regular citação (fl. xx), a resposta à acusação foi apresentada, via Defensoria Pública, às fls. xx.

Na primeira assentada de instrução e julgamento foi ouvida a **única pessoa arrolada pelo Ministério Público na peça exordial acusatória**, a vítima NOME (fl.xx). Na oportunidade, o Ministério Público requereu a oitiva da genitora da vítima, NOME, o que foi deferido (fl.xx).

**Às fls.xx, o apelante requereu a reconsideração da referida decisão, pedindo para que não fosse promovida a oitiva da genitora da vítima, indeferida pela r. decisão de fl.xx,**

Na segunda assentada de instrução e julgamento, foi ouvida a genitora da vítima (fl. xx) e interrogado o apelante (fls.xx).

Após regular trâmite processual, foi prolatada a r. sentença de (fls.xx), que julgou procedente a pretensão punitiva, condenando o apelante pela prática do art. 147 do CPB, em contexto de violência doméstica, a **01 (um) mês e 02 (dois) dias de detenção**, a ser cumprido em **regime aberto**, substituindo, ato contínuo, a pena privativa de liberdade por UMA restritiva de direito, a ser especificada pelo Juízo da VEPEMA.

Inconformado com a respeitável decisão, o apelante vem pleitear a reforma *in totum* da sentença condenatória em razão dos argumentos a seguir expendidos.

## **2 - DAS RAZÕES DA REFORMA**

### **2.1 DA AMEAÇA - DA ATIPICIDADE - DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO;**

A r. sentença, com a máxima vênia, não merece ratificação.

Consoante salientado por ocasião dos memoriais defensivos, verifica-se a ausência de definição do elemento subjetivo.

Saliente-se que, na Delegacia, NOME menciona que decidiu sair da casa que morava com NOME em Luziânia/GO e foi morar com a

irmã em Brasília. No dia dos fatos, NOME teria ligado para ela e dito: “se você voltar aqui em Luziânia, vou te colocar em um caixão” “eu vou matar você” (fl.xx).

Em Juízo, entretanto, **ela altera completamente a dinâmica dos fatos**, dizendo que foi passar uns dias na casa da irmã dela (e não morar), na Asa Sul, e não atendia as ligações do acusado, **tendo ele ido até a casa da mãe dela, onde fez as ameaças descritas na denúncia**. Disse que não estava na casa da mãe quando ele foi lá, mas a mãe dela ligou e lhe contou. **Ela acabou ligando, e se encontrando com ele após saber disso, e ele confirmou as ameaças, mas que teriam sido proferidas em um momento de nervosismo pois não faria nada de mal para ela** (fl.xx).

A genitora da vítima, à fl.xx, afirma que nome foi passar um final de semana na casa da irmã e o acusado chegou na casa dela e perguntou pela vítima, tendo ela respondido que não sabia de nada. **Disse que ele ficou nervoso** e afirmou que se a vítima voltasse para a casa do declarante, iria sair num caixão. Ela então, nervosa, ligou para a vítima contando tudo. **Acrescenta ter achado estranho os fatos, pois o acusado é muito calmo**. (fl.xx).

Em sede de interrogatório judicial, única oportunidade em que foi ouvido, o apelante confessou ter desferido uma palavra de ameaça contra a vítima, mas não nas palavras narradas na denúncia, **explicando que ficou nervoso porque era o final de semana do interrogando ficar com a filha**, porém, tentou ligar para NOME e não conseguiu falar com ela, tendo ido até a residência dela e não a encontrado. Disse que encontrou com a genitora da vítima, que afirmou ter NOME saído, mas não sabia para onde. **Repetiu ter ficado nervoso porque o normal era que se comunicassem para que ele soubesse se podia pegar a filha ou não**. Acrescentou que, como a filha estava com a avó, pegou-a para passear. (fl. xx).

Conquanto o defendente confesse ter proferido palavras de ameaça para a vítima, a prova oral colhida deixa claro que foram proferidas a esmo, em momento de nervosismo, com ânimo extremamente acirrado em razão de a vítima não ter cumprido o planejado quando da visita a filha, qual seja, comunicação prévia para fins de combinar a visitação.

Saliente-se que **a genitora da vítima afirma ter achado estranho o comportamento de NOME, pois ele é muito calmo**, o que reforça a versão por ele declarada de **inexistência de vontade e consciência dirigidas à promessa de mal injusto e grave**, considerando o ânimo que NOME apresentava no momento.

Ressalte-se que o delito de ameaça, para a sua concretização, exige a vontade livre e consciente do agente em intimidar, amedrontar, **manifestando idônea intenção maléfica, no caso, afasta-se a consciência na “intenção maléfica”**, eis que as palavras foram proferidas sem reflexão, em momento de ira.

Repita-se: a dinâmica retratada afasta a prática consciente. Não se trata de atipicidade pelo estado emocional do agente, na realidade, **o que se está discutindo é o próprio elemento subjetivo exigido para a configuração do tipo**.

Ademais, **não há nos autos histórico de agressões sofridas pela vítima aptas a inseri-la em estado de vulnerabilidade**, tanto que ela menciona que ligou para o apelante, após saber de tais declarações, e se encontram, ainda, em Brasília. Some-se que a genitora dela afirma que ele é uma pessoa calma.

Assim, **afasta-se o dolo do delito**, ou a consciência acerca da intenção de promover malefício, consistente em ameaça séria e

real da ocorrência de mal injusto e grave, razão pela qual o fato em tela é atípico.

Nesta mesma linha é o entendimento do nobre jurista Guilherme de Souza Nucci:

**(...) Em uma discussão quando os ânimos estão alterados, é possível que as pessoas troquem ameaças sem qualquer concretude, isto é, são palavras lançadas a esmo, como forma de desabafo ou bravata, que não correspondem à vontade de preencher o tipo penal.** Por isso, ainda que não se exija do agente estar calmo e tranquilo, para que o crime possa se configurar, também não se pode considerar uma intimidação penalmente relevante qualquer afronta comumente utilizada em contendas. (...) Do mesmo modo deve-se analisar a questão da ameaça produzida por quem está embriagado.(...)<sup>1</sup>

Diante do exposto, a reforma da sentença no sentido da absolvição por força da atipicidade decorrente da ausência de dolo, é medida que se impõe, nos termos do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

## **2.2 DA PREPONDERÂNCIA DA ATENUANTE DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA EM RELAÇÃO À AGRAVANTE PREVISTA NO ARTIGO 61, INCISO II, ALÍNEA F, DO CPB.**

Na remota hipótese de manutenção da condenação, há necessidade de readequação do montante fixado na segunda fase de fixação, senão vejamos:

Nesta fase, foi expressamente reconhecida a atenuante de confissão espontânea, porém, entendendo preponderante a agravante de relações domésticas, prevista no artigo 61, inciso II, alínea “f”, do CPB, a pena base foi exasperada em 02(dois) dias.

<sup>1</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal comentado. 14ª Ed. Ver., atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forence, 2014.

Atualmente, a moderna teoria do direito penal, acompanhada pela jurisprudência majoritária dos Tribunais Pátrios, entende que a confissão diz respeito à personalidade do acusado.

**Considerando tal atenuante como aspecto da personalidade, a conclusão que se extrai do artigo 67 do Código Penal é que ela prepondera em relação à agravante prevista no artigo 61, inciso II, alínea f, do CPB.**

Neste sentido:

APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO PENAL. CONTRAVENÇÃO PENAL DE PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE. ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE E POR AUSÊNCIA DE PROVAS, SUBSIDIARIAMENTE. INVIABILIDADE. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO.

1. Restando evidente o elemento subjetivo - dolo - da conduta de perturbar a tranquilidade de alguém, por acinte ou por motivo reprovável, a condenação deve ser mantida.

2. Em sede de violência doméstica, as declarações da vítima se revestem de especial valor probatório, sobretudo quando corroboradas com as demais provas coligidas nos autos.

3. Havendo reconhecimento dos fatos pelo acusado, que confirmou ter enviado mensagens, algumas com conteúdo agressivo, bem como ter entrado na residência da vítima, sem ser convidado, a fim de reatar o relacionamento, ocasião em que utilizou violência física, em alguns momentos, deve ser reconhecida a atenuante da confissão espontânea.

**4. A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA PREPONDERA SOBRE A AGRAVANTE DO CRIME COMETIDO COM PREVALECIMENTO DE RELAÇÕES DOMÉSTICAS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, POR REFERIR-SE À PERSONALIDADE DO AGENTE.**

5. Recurso conhecido e desprovido. Reconhecimento, de ofício, da atenuante da confissão espontânea.

(Acórdão n.994057, 20161210001657APR, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR 3ª TURMA

Logo, verifica-se a necessidade de reforma da r. sentença vergastada para fins de, considerando a preponderância da atenuante de confissão espontânea em relação à agravante já reconhecida, promova-se a redução da reprimenda imposta.

### **3 - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer o Apelante a essa culta Turma Criminal que conheça e dê provimento ao presente recurso a fim de:

**a)** reformar a r.sentença de modo que o apelante seja absolvido com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

**b)** em se entendendo pela manutenção da condenação, considerando a preponderância da atenuante de confissão espontânea em relação à agravante já reconhecida, promova-se à redução da reprimenda imposta.

Nesses termos, pede deferimento.

Local e data

DEFENSOR PÚBLICO